

A (DES)PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO E O PERTENCIMENTO: REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM VALENÇA, BAHIA

Daiana Oliveira da Conceição¹

Leonardo Andrade Pinto²

Juliana Fernandes Silva de Oliveira³

RESUMO: Este artigo tem o objetivo de investigar o papel da educação patrimonial na relação entre o sentimento de pertencimento e a (des)proteção do patrimônio arquitetônico de Valença, BA. Entende-se que o patrimônio cultural é um pilar da identidade coletiva, e que sua degradação reflete uma ruptura na memória e no vínculo afetivo da comunidade com seu espaço. Para este estudo, conceitos como o "olhar dormente", que naturaliza a deterioração, e a "produção urbana da ruína", associada à especulação imobiliária e à omissão do poder público, foram basilares. A educação patrimonial é compreendida como uma prática política e libertadora, capaz de promover uma leitura crítica do mundo, necessária para a valorização do legado material. O estudo concentra-se no patrimônio arquitetônico histórico de Valença. Por meio de uma pesquisa quali-quantitativa, com observação direta, entrevistas com gestores e agentes culturais e questionários aplicados à população local, os resultados revelam um cenário de distanciamento e desconhecimento sobre o patrimônio da cidade. Nesse sentido, a desproteção do patrimônio está diretamente associada à fragilidade do sentimento de pertencimento. A educação patrimonial, articulada entre poder público e instituições de ensino, surge como uma oportunidade de reverter esse ciclo, reconstruindo os laços entre comunidade e sua herança cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Educação patrimonial; sentimento de pertencimento; patrimônio arquitetônico; (des)proteção do patrimônio; Valença (BA)

INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural é essencial para a construção da identidade coletiva. O sentimento de pertencimento fortalece esse vínculo, incentivando a preservação da memória. Em contrapartida, quando esse vínculo se enfraquece ou é inexistente, os bens patrimoniais tornam-se vulneráveis ao abandono e ao esquecimento.

Observa-se uma quantidade incipiente de pesquisas relativas ao patrimônio cultural em Valença, na Bahia. Ao mesmo tempo, sabe-se da importância da proteção

¹ Egressa do curso do curso técnico em Guia de Turismo, IFBA. Graduanda em Letras Vernáculas com Língua Estrangeira Moderna (inglês), UFBA. E-mail: daianaoliveiraoc@gmail.com

² Egresso do curso técnico em Guia de Turismo, IFBA. Graduando em Sistemas de Informação, IFBA. E-mail: leonardo.aandrade15@gmail.com

³ Doutora em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. Docente no IFB - Brasília. E-mail: juliana.fernandes@ifb.edu.br

desses bens para a manutenção do sentimento de pertencimento da população e, assim sendo, são vistos como potenciais atrativos turísticos.

Em Valença, BA, a arquitetura histórica reflete a herança local, mas observa-se um cenário de descaso, com casarões históricos beirando a ruína devido à falta de ação do poder público e à indiferença da população local, mesmo havendo órgãos de proteção que atuam diretamente no município, do nível municipal ao federal. A degradação do patrimônio não é só física, mas simbólica, pois reflete uma ruptura com a memória coletiva e a identidade cultural da comunidade.

A educação patrimonial pode surgir como ferramenta fundamental para fomentar a valorização da história local, fortalecendo o sentimento de pertencimento e incentivando práticas de preservação. Assim, este artigo tem o objetivo de investigar o papel da educação patrimonial na relação entre o sentimento de pertencimento e a (des)proteção do patrimônio arquitetônico de Valença, BA.

1 METODOLOGIA

O presente estudo é quali-quantitativo, e de caráter descritivo-explicativo (SILVA, 2010). Foi feita a coleta de dados secundários, por levantamento bibliográfico e documental, e de dados primários, por meio de entrevistas semiestruturadas, gravadas com o auxílio de um aparelho celular conectado a um aplicativo de gravação de voz, com a Professora Doutora Rosângela Patrícia Moreira, a Professora Celeste Martinez e o Secretário de Cultura de Valença, o senhor Gugui Martinez. Além disso, foi realizada observação direta nos prédios: a) Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus; b) Prédio Verde da Recreativa (atual Restaurante Popular); c) Teatro Municipal de Valença; d) Casarão da Câmara Municipal de Vereadores; e e) Casa onde nasceu o Conselheiro Zacarias Góes de Vasconcelos; e aplicados questionários a 105 moradores da cidade de Valença-BA.

Os dados coletados em campo foram comparados com os dados secundários a fim de trazer um melhor entendimento sobre o patrimônio arquitetônico de Valença, como sua percepção foi construída e moldada ao longo dos anos, e como ela permaneceu na atualidade, e a relação entre o sentimento de pertencimento e a condição de (des)proteção do patrimônio arquitetônico.

2 DISCUSSÃO TEÓRICA

2.1 A (DES)PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

A memória manifesta-se no âmbito individual e coletivo, envolvendo a identidade cultural de seus habitantes, sendo moldada pelas experiências pessoais dos sujeitos. Halbwachs (1990) observa que, ao retornarmos a uma cidade onde já estivemos, os elementos ao nosso redor ajudam a reconstruir imagens e sensações antes esquecidas, reativando a memória por meio da experiência do espaço. Com isso, corrobora Moreira (2022, p. 325), ao citar a questão do olhar naturalizado:

A naturalização do olhar pode ser relacionada ao fato de os olhos já terem se acostumado à presença de algumas paisagens do lugar, e desta forma as iconografias geográficas tornam-se comuns, sem despertar atenção, permanecendo quase que ocultas, mesmo diante dos olhos.

O “olhar dormente” funciona como anestesia ante a degradação, facilitando o apagamento dos fragmentos físicos da memória coletiva. A interpretação do patrimônio deve levar em conta a subjetividade dos sujeitos, sendo ele reconhecido, primeiramente, pela população local, para, então, fazer sentido ao estrangeiro.

O esquecimento e a perda de identidade relacionam-se à “morte da concepção” (MARTINEZ, 2021), para o olhar insensível ao espaço vivido, agravado pela “produção urbana da ruína”, intensificada quando construções históricas são demolidas em prol da iniciativa privada, apagando referências para a comunidade e impedindo a construção de pertença, que implica em se reconhecer como parte da localidade em que vive, em coesão social, a partir de um vínculo afetivo que fortalece a identidade (CARDOSO *et al.*, 2017; MORICONI, 2014; FREITAS, 2008).

A cultura é um laço que envolve as pessoas, “o cimento que aglutina a sociedade” (RODOVALHO, 2011, p.10), por um conjunto de valores, crenças e costumes. Para Laraia (2003), a forma como se enxerga o mundo, os comportamentos sociais e individuais são fruto herança cultural, que faz sentido para uma sociedade, bens imateriais e materiais, sendo “fundamental para a memória, a identidade e a criatividade das pessoas e a riqueza das culturas” (UNESCO, 2024, n.p.).

A ausência de cuidado e manutenção com as construções históricas, traduz-se em desproteção das próprias construções e, simbolicamente, da identidade, da

criatividade e da riqueza de seu povo. Para Martinez (2021), existe um projeto de destruição do patrimônio, denominado “Produção Urbana da Ruína”, impulsionado pelo poder público, que não mantém a infraestrutura, além de acelerar o processo de demolição de prédios históricos, o que a autora aplica a Valença (BA).

A especulação imobiliária age como força motriz na deterioração de edifícios históricos, pela segregação urbana dentro de um modelo de cidade que contribui para a “expulsão” dos nativos e valorização dos imóveis para o comércio (MARTINEZ, 2021; SANTOS, 2004). Entretanto, é possível enxergar a vida em meio à ruína (TSING, 2015) para incentivar a pertença. Sendo assim, a educação patrimonial é o primeiro passo para romper um ciclo de (des)proteção e (des)pertencimento.

2.2 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO LEITURA DE MUNDO

O patrimônio cultural atravessa transformações na paisagem ao longo do tempo. É necessário “patrimonializar o patrimônio”, ou atribuir estatuto de patrimônio a um bem (CRUZ, 2012), com a finalidade de proteger o legado cultural, buscando equilibrar o uso econômico e sua proteção, a partir de instrumentos educativos.

A educação patrimonial envolve práticas educativas formais (nas escolas) e não formais (na comunidade) que enfocam o patrimônio cultural como recurso de compreensão social e histórica do ambiente, com o objetivo de manter o reconhecimento e a preservação (FLORENCIO *et al.*, 2014), na salvaguarda cultural perante contextos de desproteção, haja vista ser ela um meio para a “alfabetização cultural” (HORTA, GRUNBERG e MONTEIRO, 1999, p. 4) que ajuda o indivíduo a ler o mundo à sua volta. A partir de Freire (2018, 1974), entende-se que a educação possui elementos políticos e sociais que a tornam um processo de autocompreensão do indivíduo como ser no espaço social, que age de forma crítica e libertadora.

Observam-se as possibilidades para a compreensão crítica do patrimônio, entendendo-se que “pode haver consensos, dissensos, dilemas e conflitos (TOLENTINO, 2016, p. 45). Dessa maneira, aprende-se a “transgredir” a forma de educar e aprender na sociedade, a partir de uma educação libertadora - que vai além dos padrões conservadores da escola dentro dos muros -, exemplo de resistência (HOOKS, 2013) contra um processo de desproteção do patrimônio.

2.3 A (DES)PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO EM VALENÇA, BAHIA

Valença, considerada a “Capital do Baixo Sul da Bahia” e situada a 262 km da capital, Salvador, na Bahia (SOUSA, 2006), guarda a memória de sua história nas igrejas e nos casarões coloniais, considerados bens materiais importantes. Entre os principais prédios históricos destacam-se: o **Theatro Municipal**, construído em 1910, revitalizado em 2024 e hoje sede da Secretaria Municipal de Cultura; a **Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus**, construída em 1759 e inaugurada em 1801, tombada provisoriamente em 2001 e atingida por incêndio em 2023; a **Igreja de Nossa Senhora do Amparo**, construída em 1957 e reformada por Bernardino de Sena Madureira, tornando-se uma réplica da Igreja do Bonfim de Salvador; a **Casa onde nasceu o Conselheiro Zacarias**, tombada pela lei municipal 1.888/2007, restaurada conforme diretrizes específicas; e o **antigo prédio da Câmara Municipal**, construído em 1849 como palacete, adquirido pela câmara em 1878, marco histórico pela visita de Dom Pedro II (Bahia em Revista, 2021; Baixo Sul em Pauta, 2023; 2024; Neto, s. d.; Valença, 2020). Esses edifícios apresentam características do Neoclassicismo, com influências góticas visíveis nas cúpulas, abóbadas, ogivas, arcos e colunas — elementos que ressaltam a riqueza desse estilo, como a estrutura do Casarão Verde, que remete ao Palácio de Versalhes (GENIN, 2019; SANTIAGO, 2011).

No que se refere à proteção do patrimônio, Valença conta com órgãos e recursos legais em nível nacional, representado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), predominante no município; estadual, com o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), que regulamenta normas de proteção, Tombamento, Inventário, Espaço Preservado e Registro Especial do Patrimônio Imaterial (Lei nº 8.895/2003); e municipal, pela Lei nº 1.910/2007, que assegura a proteção do patrimônio cultural, natural e paisagístico da cidade por meio de Tombamento e Registro Especial, reconhecendo bens de relevância pública (Bahia, 2003; Valença, 2007).

3 RESULTADO E DISCUSSÕES

Os moradores de Valença (BA) não reconhecem o valor identitário das construções históricas, o que se mostra como uma desconexão com o patrimônio. A

falta de sentido atribuído por eles reflete também na percepção dos visitantes. A pesquisadora Rosângela Patrícia Moreira associa isso à “morte da concepção”, que “leva na poeira a história e a memória da cidade”.

Já a escritora Celeste Martinez relaciona o fato a um projeto de governo, e observa que há uma cultura de “destruir o que é belo na cidade”, agravada pela ineficiência dos órgãos de proteção, que não fazem valer as leis existentes. Em adendo, o Secretário de Cultura de Valença, Gugui Martinez, reconhece o potencial turístico e cultural da cidade e a falta de planejamento e comprometimento por parte do poder público, tendo em vista que os governantes não acreditam nesse potencial.

Cabe destacar a existência, em Valença (BA), de um curso Técnico em Guia de Turismo Regional, que, segundo Rosângela Patrícia, apesar do potencial de impulsionar o turismo e o patrimônio, não tem surtido o efeito desejado por falta de ações articuladas. A educação patrimonial é vista por Celeste Martinez como a principal saída para o “cenário de destruição”, com práticas educativas voltadas para a população, para combater o “olhar dormente” dos moradores diante do patrimônio.

A baixa quantidade de bens tombados em Valença pode ser um dos principais fatores para a vulnerabilidade e o desaparecimento dos monumentos históricos. A ausência de ações educativas sistemáticas, aliada à negligência governamental, contribui para o avanço da destruição e reforça a urgência de políticas voltadas à formação crítica e patrimonial da população.

Apenas 35% dos respondentes dos questionários identificam-se com o município de Valença (BA). Quando perguntados sobre o conhecimento acerca da História dos monumentos arquitetônicos na localidade, 39% dos entrevistados afirmaram conhecer pouco; e 32,4% disseram não conhecer nada, o que denota uma desinformação dos moradores sobre o próprio local a que pertencem, que pode estar ligada à ausência de ações educativas focadas no patrimônio.

É possível inferir que a deterioração desses prédios se relaciona com a questão do “olhar dormente”, já que 21% dos respondentes avaliaram seu estado de conservação com nota “0” numa escala de 0 a 10, o que se pode ligar à ausência de visitantes. Conversando com trabalhadores e moradores da região, nota-se que o fluxo turístico é praticamente inexistente, o que evidencia um desinteresse ou desconhecimento sobre o potencial histórico e cultural desses prédios.

O Theatro Municipal, que passou por um processo de restauração, e o do Sindicato dos Trabalhadores da Fiação e Tecelagem de Valença (SFTV), encontram-se em “estado regular” de conservação, como a falta de manutenção no teto, nas janelas, portas e pisos, além da presença de mofo, ácaros neste último.

Já na Câmara Municipal de Vereadores e na Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus, notam-se sinais de degradação severa: janelas quebradas, paredes rachadas, marcas de infiltração, musgo e lixo acumulado, inclusive sobre sinalizações de patrimônio histórico. A gravidade da situação levou a população frequentadora do equipamento sacro a instalar uma placa na Igreja Matriz, explicando os problemas de infraestrutura, o bloqueio do acesso interno e os custos previstos para a restauração.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patrimônio cultural material tem a potencialidade de despertar um sentimento de pertencimento na comunidade local, tendo em vista a essencialidade do entendimento do estado de (des)proteção do patrimônio histórico de Valença-BA.

Levando em consideração a afirmação dos moradores acerca do não-reconhecimento identitário com os monumentos do município, o que indica degradação do patrimônio material por negligência do poder público. Entende-se, portanto, que cabe ao poder público intervir, em parceria com as instituições de ensino do município, na inclusão da discussão acerca do patrimônio cultural existente.

A educação patrimonial é uma alternativa para mediação entre o sujeito e o patrimônio, a fim de reconstruir o elo afetivo dos moradores com o lugar, possibilitando que reconheçam os bens culturais existentes, tornando a desproteção em proteção do patrimônio cultural, chave para a pertença da população de Valença.

Considerando a importância dos resultados obtidos e as relações entre pertencimento, educação patrimonial e (des)proteção do patrimônio arquitetônico de Valença, pretende-se dar continuidade a este estudo, expandindo seu escopo para abranger novas pesquisas em outras localidades com contextos semelhantes. Uma análise mais detalhada pode contribuir na formulação de ações educativas e diretrizes governamentais mais efetivas, fortalecendo o elo entre a população e sua herança cultural, e fomentando, assim, práticas de preservação mais duradouras.

REFERÊNCIAS

BAHIA. **Lei Nº 8.895 de 16 de Dezembro de 2003**. Institui normas de proteção e estímulo à preservação do patrimônio cultural do Estado da Bahia, cria a Comissão de Espaços Preservados e dá outras providências. Disponível em: <http://patrimonio.ipac.ba.gov.br/wp-content/uploads/2012/10/lei-8895.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2024.

BAHIA em Revista. **Construída em 1759, Igreja Sagrado Coração de Jesus, em Valença, Será Restaurada**. 2021. Disponível em: <https://bahiaemrevista.com.br/construida-em-1759-igreja-sagrado-coracao-de-jesus-em-valenca-sera-restaurada/>. Acesso em: 25 out. 2024.

BAIXO Sul em Pauta. **Teatro Municipal de Valença Será Reinaugurado Dia 10**. 2024. Disponível em: <https://baixosulempauta.com.br/teatro-municipal-de-valenca-sera-reinaugurado-dia-10/>. Acesso em: 25 out. 2024.

BAIXO Sul em Pauta. **Totalmente Restaurado, Conselheiro Zacarias é a Nova Sede do NTE-06**. 2023. Disponível em: <https://www.baixosulemalt.com/single-post/totalmente-restaurado-conselheiro-zacarias-%C3%A9-a-nova-sede-do-nte-06>. Acesso em: 23 out. 2024.

BRASIL. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)**. Ministério da Cidadania, 12 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/orgaos/instituto-do-patrimonio-historico-e-artistico-nacional>. Acesso em: 7 nov. 2024.

BRASIL. **Educação patrimonial: educação, memórias e identidades**. Organização de Átila Bezerra Tolentino. João Pessoa: Iphan, 2013. 108 p.: il.; 30 cm. (Caderno Temático; 3). Acesso em: 20 out. 2024.

CRUZ, Rita de Cassia Ariza da. **Patrimonialização do patrimônio: ensaio sobre a relação entre turismo, “patrimônio cultural” e produção do espaço**. GEOUSP, São Paulo, n. 31, p. 95-104, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74255/77898>. Acesso em: 26 out. 2024.

FREITAS, César Gomes de. **Desenvolvimento local e sentimento de pertença na comunidade de Cruzeiro do Sul – Acre**. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – UCDB, Campo Grande, MS, 2008. Disponível em: <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/8058-desenvolvimento-local-e-sentimento-de-pertenca-na-comunidade-de-cruzeiro-do-sul-acre.pdf>. Acesso em: 21 maio 2024.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia do Oprimido**. 7. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1974. “ISBN 978-85-7753-228-5” Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6021142/mod_resource/content/1/E4%20-%20Texto%201.pdf. Acesso em: 13 nov. 2024.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia da Autonomia**. Paz e Terra, ed. 2018. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Pedagogia-da-Autonomia-Paulo-Freire.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2024.

GENIN, Soraya. **Tipologia e construção de abóbadas góticas**. Instituto Universitário de Lisboa, 2019. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/17345/1/Caderno_PraticasdaArquitetura_11-12.pdf. Acesso em: 10 nov. 2024.

HOOKS, Bell. **Ensinando a Transgredir: A educação como prática de liberdade**. WMF Martins Fontes, 2013. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/bell_hooks_-_Ensinando_a_Transgredir_1.pdf. Acesso em: 13 nov. 2024.

HORTA, M.L.P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A.Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília, IPHAN, Museu Imperial, 1999, 65 pp. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/educacao_patrimonial.pdf. Acesso em: 21 out. 2024.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MARTINEZ, Celeste Maria de Queiroz; BARCELOS, Eduardo Álvares da Silva. A Produção Urbana da Ruína: Formação e Abandono do Patrimônio Histórico e Cultural de Valença, Bahia. In: BARCELOS, Eduardo Álvares da Silva; BORSOI, Diogo Fonseca; EPIFANIA, Anderson Gomes da; PEDROSA, Célia Maria. **Território, Cultura e (Des)Envolvimento no Baixo Sul da Bahia**. Editora App. Curitiba: Appris, 2021. p. 291-319. ISBN 978-65-250-0378-8. Acesso em: 30 maio 2024.

MICHAELIS, Carolina; MICHAELIS, Henriette. **Dicionário Escolar da Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2015.

MORICONI, Lucimara Valdambrini. **Pertencimento e Identidade**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1624871>. Acesso em: 21 maio 2024

MOREIRA, Rosângela Patrícia de Sousa. Geoiconografias na Cidade de Valença, BA: exercícios de desnaturalização do olhar e (re)conhecimento do lugar. In: BARCELOS, Eduardo Álvares da Silva; BORSOI, Diogo Fonseca; EPIFANIA, Anderson Gomes da; PEDROSA, Célia Maria. **Fronteiras do (Des)envolvimento no Baixo Sul da Bahia. Território, Economia, Ambiente e Educação**. Curitiba: Appris, 2022. p. 321-336.

NETO, Francisco Carlos de Aguiar. **A História Da Igreja Do Amparo De Valença-BA**. Disponível em: http://www.escreta.com.br/escreta/leitura.asp?Texto_ID=17859. Acesso em: 25 out. 2024.

ONU. **Patrimônio Mundial no Brasil**. UNESCO Brasília, 31 de julho de 2024. Disponível em: <https://www.unesco.org/pt/node/108110?hub=66903>. Acesso em: 7 nov. 2024.

SANTIAGO, Zilsa Maria Pinto. **As influências do Neoclassicismo na Arquitetura Brasileira a partir da Missão Francesa**. Universidade Federal do Ceará, 2011. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/12994/1/2011_eve_zmpsantiago.pdf. Acesso em: 10 nov. 2024.

SANTOS, Milton. **A urbanização desigual: a Especificidade do Fenômeno Urbano em Países Subdesenvolvidos**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 1982. v. 1..Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7611617/mod_resource/content/1/Milton%20Santos%20-%20A%20urbanização%20brasileira.pdf. Acesso em: 17 out. 2024.

SILVA, Juliana Fernandes da. **Trilhas Turísticas da Ilha Grande: um caminho para a interpretação e a educação ambiental**. UPIS, 2010. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/69628045/SILVA-Juliana-Fernandes-da-Trilhas-Turísticas-da-Ilha-Grande-Um-caminho-para-a-interpretacao-e-a-educacao-ambiental>. Acesso em: 25 abr. 2024.

SOUSA, Cláudia Pereira de. **Análise socioambiental do município de Valença – Bahia**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, Salvador, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/17834>. Acesso em: 24 maio 2024.

TSING, Lowenhaupt Anna. **O Cogumelo no Fim do Mundo: sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo**. São Paulo: N-1 Edições, 2022. Disponível em: <https://dokumen.pub/o-cogumelo-no-fim-do-mundo-sobre-a-possibilidade-de-vida-nas-ruinas-do-capitalismo-9786586941968.html>. Acesso em: 13 nov. 2024.

TOLENTINO, Atila. O que não é Educação Patrimonial: cinco falácias sobre o conceito e sua prática. Paraíba. 2016. *In: Educação Patrimonial: Políticas, Relações de Poder e Ações Afirmativas*. Caderno Temático 05. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno_tematico_educacao_patrimonial_05.pdf. Acesso em: 21 out. 2024.

VALENÇA. **Lei Municipal N° 1.910**, de 22 de novembro de 2007. Dispõe sobre normas de proteção e preservação do Patrimônio Cultural- material e imaterial, Natural e Paisagístico do Município de Valença, cria o Conselho do Patrimônio Ambiental, Histórico, Arquitetônico e Cultural do Município de Valença e o Fundo Municipal de Cultura e dá outras providências. Disponível em: <https://www.valenca.ba.leg.br/leis/legislacao-municipal/leis-de-2007/lei-1-910-2007-cria-conselho-do-patrimonio-historico.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2024.

VALENÇA. **História da Câmara**. Câmara Municipal de Valença-BA, 2020. Disponível em: <https://www.valenca.ba.leg.br/institucional/historia>. Acesso em: 22 out. 2024.